

## Introdução

Este trabalho busca investigar, a partir do Livro I do *Tratado da Natureza Humana*, a abordagem de David Hume sobre a imaginação, sua relação com a formação de crenças e com outras faculdades da mente, como a memória e a razão. E a partir daí entender como Hume via o problema do entendimento humano, ou seja, como o ser humano forma crenças e conhecimento e qual a validade dessas crenças e conhecimento. Outra obra do autor que também trata do tema, *Investigação sobre o Entendimento Humano*, foi utilizada como subsídio à compreensão da primeira, porém apenas o *Tratado* foi utilizado como referência direta para essa investigação.

Hume considera que a compreensão sobre o funcionamento da mente é a chave para o entendimento da natureza humana, ou a ciência do homem, e que dessa ciência do homem dependem as demais ciências (T, Introdução, p. 42-43.). Ele propõe que a investigação sobre o entendimento deve seguir os mesmos fundamentos das ciências da natureza, ou seja, a experiência e a observação. Para isso, pretende usar a mesma metodologia usada pela ciência de Newton, que se baseia em observações e experimentos. Para ele, a experiência é a única fundação sólida para a ciência sobre as questões de fato, ou da natureza, e nenhum raciocínio sobre essas questões baseado em qualquer outra coisa é legítimo. Hume reconhece a impossibilidade de realizar experimentos de pensamento da mesma forma que um experimento típico de laboratório da ciência, em que o observador não se confunde com o objeto observado, mas afirma que podemos e devemos realizá-los a partir de observações da vida humana, em todas as suas dimensões. (T, Introdução, p. 46)

Para Hume, todas as idéias presentes na nossa mente são advindas, direta ou indiretamente, da experiência sensível (as idéias são cópias esmaecidas das impressões) (T I. I. I. p. 50) e se apresentam como uma lembrança ou uma imaginação. A imaginação tem a capacidade de dissociar e associar idéias com certa liberdade, porém seguindo certos princípios naturais. A partir desses princípios de associação, a imaginação forma idéias a respeito do mundo e nos leva a inferir conclusões a respeito de questões de fato, com sua capacidade de extrapolar a experiência.

A imaginação tem uma função fundamental na filosofia da mente de Hume, representando vários papéis no processo cognitivo a partir das suas diferentes propriedades. Esses vários papéis da imaginação serão analisados ao longo deste trabalho. Primeiramente apresento o modelo de mente de Hume, e os vários sentidos de

“imaginação” usados ao longo do *Tratado*. Depois faço a análise dessa faculdade da mente, comparando-a com a memória e com a razão.

Uma dificuldade em entender o papel da imaginação na formação das nossas crenças na filosofia do *Tratado* está em compreender os vários sentidos que essa faculdade tem no Livro I. Nas primeiras páginas, ela é apresentada como uma faculdade responsável por ficções livres, como “cavalos alados, dragões de fogo e gigantes monstruosos” (T I. I. III. P.10). Logo a seguir, a mesma faculdade é responsável por associações através de “princípios universais, que a tornam, em certa medida, uniforme em todos os momentos e lugares” (T I. I. IV p. 10). Por fim, ela se torna responsável por boa parte do nosso conhecimento, através das inferências causais, e ainda o fundamento da memória, dos sentidos e da razão (T I. IV. VII p. 265).

Para identificar esses vários significados de imaginação, considero em especial dois trechos do *Tratado*, que são bastante explorados no meu texto. O primeiro é apresentado no final da seção IX, parte III, Livro I; nesse trecho, Hume admite a dificuldade de se usar imaginação em mais de um sentido e faz a distinção desse termo enquanto oposto à memória e enquanto oposto à razão.

O segundo é apresentado na seção IV, parte IV, Livro I, e se refere a outra distinção da imaginação: quando opera através de princípios regulares e quando opera através de princípios irregulares.

Com tantas distinções para o mesmo termo, “Imaginação”, é preciso saber como esses vários sentidos se relacionam entre si e também como a imaginação, em cada um desses sentidos, se relaciona com as outras faculdades da mente.

A imaginação está, na filosofia da mente de Hume, na base de todos os nossos pensamentos e ações, a partir de suas várias formas de funcionamento. E nela está fundada a memória e a razão, mas ainda existe um funcionamento da imaginação que não é nem memória e nem razão e que também participa dos nossos pensamentos, acompanhados ou não de crença. É o funcionamento que cria ficções, e que nos leva, por exemplo, à crença na existência contínua e independente dos objetos e à crença em uma identidade pessoal, além de criar superstições.

Considerando isso, no primeiro capítulo, eu analiso os vários sentidos de imaginação no *Tratado* e como a imaginação participa da formação de crenças, através de inferências causais e também outras formas, gerando diversas crenças.

No capítulo 2, trato de outro problema envolvendo a imaginação, a saber, como distingui-la da memória. Nessa investigação sobre a distinção entre essas faculdades da

mente, alguns autores foram de essencial importância, entre eles Daniel Flage, em suas discussões com Leslie Friedman e Saul Traiger; Oliver Johnson; Kemp Smith e Wayne Waxman.

Hume apresenta um critério para distinguir idéias de memória e idéias de imaginação. Esse critério seria a maior força e vividez das idéias de memória com relação às da imaginação. Isso significa que as idéias de memória seriam mais claras, com cores e formas mais definidas e também que elas surgiriam na mente sem que a mesma pudesse optar por esta ou aquela imagem — ou seja, este seria um processo involuntário, determinado pela impressão passada. Já as idéias de imaginação, em um de seus sentidos, seriam menos vívidas e não sofreriam da mesma forma essa restrição (T I. I. III p. 56- 57).

Mas até que ponto esse critério é válido? O próprio Hume reconhece que, muitas vezes, a nossa lembrança de um acontecimento se torna tão fraca, que se mistura com a imaginação e não sabemos distinguir se aquela idéia na mente é lembrança ou é imaginação. Outras vezes, idéias de imaginação podem se tornar fortes o suficiente para nos levar a pensar que se referem a algo que realmente aconteceu (T I. III. V p. 134).

Hume apresenta ainda outro critério de distinção entre imaginação e memória, que é baseado na liberdade de variação com relação às impressões originais com que as idéias se apresentam na mente. As associações da imaginação seriam mais livres e as da memória mais restritas, limitando-se a repetir as impressões originais na mesma forma e ordem destas. Mas esse critério também apresenta problemas, pois seria necessário acessar novamente as impressões originais, enquanto tais, para saber se a idéia na mente é cópia direta dessas, o que caracteriza uma idéia de memória, ou se apresenta variações, o que caracteriza uma idéia de imaginação.

Devemos lembrar que Hume costuma fazer distinções não absolutas, mas graduadas, e que, portanto, não há uma linha divisória separando definitivamente memória e imaginação, havendo algo em comum entre elas. Além disso, na conclusão do Livro I, Hume afirma que a memória é fundada na imaginação (T I. IV. VII p. 265), o que sugere que elas não seriam totalmente distintas, e sim que a memória dependeria de alguma forma de operação da imaginação.

A importância dessa distinção se dá pelo fato de que, sem ela, não haveria como perceber a repetição de relações de causa e efeito ou de semelhança e o processo de conhecimento não seria possível, a não ser por um padrão totalmente diferente e inimaginável para nós. Ou seja, se todas as idéias se apresentassem da mesma forma,

sem que pudéssemos saber se aquela impressão correspondente estaria ocorrendo pela primeira vez ou não, seria impossível identificar a regularidade dos eventos ou relações causais entre esses eventos. No capítulo 2 discuto como e até que ponto funcionam os critérios de distinção propostos.

No capítulo 3, analiso como a imaginação se relaciona com a razão, já que ambas as faculdades constroem raciocínios e ambas operam a partir de associações de idéias. Devemos considerar que Hume usa o termo “razão” no sentido de demonstração, ou relações que se formam independentemente da experiência, e também no sentido de raciocínios causais ou raciocínios prováveis, que se baseiam na repetição da experiência e no hábito. A razão é fundada na imaginação (*idem*), mas se opõe a ela em um determinado sentido (T I. III. IX p. 117-118). Quais os sentidos, então, de imaginação para Hume, no caso em que ela opera fazendo raciocínios causais e no caso em que ela se opõe à razão? Essas são algumas das questões tratadas no trabalho.

Discuto também nesse capítulo algumas influências sobre a imaginação quando realiza raciocínios, como a influências das experiências contrárias, das regras gerais e do esforço da mente.

No *Tratado*, Hume constrói seu próprio sistema de explicação das nossas crenças e do funcionamento da mente. Nessa obra, chega a conclusões que, por um lado são céticas, negativas, e que acabam por destruir a pretensão dos racionalistas em chegar ao conhecimento por princípios não baseados na experiência. Ele não fornece critérios, pelo seu sistema, para uma separação definitiva entre a forma de funcionamento da mente – e da imaginação – quando gera superstições (ficções nas quais não deveríamos crer) e quando gera certas crenças que são ficções, porém nas quais devemos crer e nas quais somos incapazes de deixar de crer, em virtude de nossa natureza. Devido a essa conclusão, Hume diz que não nos resta senão escolher entre uma falsa razão e razão nenhuma (T I. IV. VII p.268). Por outro lado, em suas conclusões positivas, Hume propõe uma expansão do conceito tradicional de razão, argumentando que há raciocínios que estamos determinados, pela natureza, a fazer, e que esses raciocínios, ainda que não sejam garantia de certeza, não podem ser substituídos pela razão em seu sentido tradicional e nem evitados por ela.

A pesquisa sobre a posição de Hume acerca de todas essas questões relacionadas ao papel da imaginação na nossa formação de crenças é importante para entender a proposta do filósofo de um modelo de mente e de entendimento humano que não se baseia nos mesmos princípios dos racionalistas e nem pretendia atribuir uma certeza ou

uma infalibilidade para a razão. Não há razão “pura”, para Hume, muitos dos nossos raciocínios são meras consequências do hábito sobre a imaginação. E, nesses casos, nunca poderemos ter certeza das nossas conclusões.